

## ARTUR EUGÉNIO LOBO DE ÁVILA

### OU O ROMANCE AO SERVIÇO DA HISTÓRIA

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO  
(Univ. do Porto)

129

Não nos interesse aqui, embora possa, para uma precisa contextualização da escrita nesse *fin de siècle* português, algum dia vir a revelar-se *interessante*, estabelecer a biografia desse filho de general que, ao longo da sua longa vida (Lisboa, 1856-1945) de funcionário da Alfândega de Lisboa chegou a ser um fugaz diplomata, um atento estudioso de questões económicas, um brilhante aluno do Curso Superior de Letras – tê-lo-ia levado a cabo? – e um permanente colaborador da imprensa diária portuguesa, sobretudo na versão de seu assíduo folhetinista. O *Inocêncio* garante-nos o seu *curriculum vitae* e dá-nos certezas ao elencar muita da sua bibliografia que *faute de mieux* poderemos sempre arriscar completar com a anónima entrada que lhe consagra a *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*...

Passemos também a sua estreia literária (1880/1881) com duas peças de teatro (*Uma Noiva no Pregão* e *Empenhos Políticos*) e fixemos as primeiras datas da sua obra de romancista: 1898 – *A Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses* (Lisboa, João Romano Torres); 1900 – *Os Caramurús – Romance histórico da descoberta e independência do Brasil* (Lisboa, João Romano Torres) e facilmente verificamos que as celebrações dos dois centenários são o motor de arranque de uma obra que também em 1898 se consagrava já com um drama histórico dedicado à comemoração do 4.º Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia – *A Descoberta da Índia ou o Reinado de D. Manuel* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1898) – premiada, ainda que um tanto em moldes de consolação, pela Comissão do Centenário presidida por Luciano Cordeiro e que José Augusto França no seu belíssimo e erudito *1898. Estudo de factos socio-culturais* (Lisboa, 1998) permite contextualizar em dificuldades financeiras..., polémicas..., programas... retratos..., discursos..., regatas..., galas teatrais..., concursos e cortejos..., etc. (França: pp. 41-61). Anotemos ainda que o texto dramático desse *A Descoberta da Índia*... é antecedido de um longo e inteligente – que não é o mesmo que indiscutível... – estudo sobre esse período histórico e sobre a sua concepção do drama histórico ou, talvez melhor, da “ficção histórica” e que, naturalmente, teremos que vir a utilizar nestes breves comentários.

Depois vêm as consequências dessa atenção aos centenários: 1901 – *Os Amores do “Príncipe Perfeito”* (folhetim no *Diário de Notícias*, e depois autonomamente, em Lisboa, 1904); 1903 – *Reinado Venturoso*, folhetim do *Diário de Notícias*, reeditado

depois sem data (Lisboa, Editora – Empresa Litterria Fluminense, década de 20?) com ilustrações, como de costume, de Roque Gameiro e Alfredo Morais e que se pretende – e é – um vasto quadro, uma vez mais extremamente bem documentado, que pode dizer-se uma grande síntese da suas obras anteriores, ainda que se tenha permitido agora acentuar com maior severidade de julgamento a personalidade e obra de D. Manuel, evolução que seria interessante vir a estudar à luz da historiografia portuguesa dos fins do século XIX que, depois dela se querer libertar em razão das “novas luzes” e dos condicionalismos que as comemorações que, apesar de tudo, impunham, acaba por aproveitar, de acordo com a moldura política e social desses anos, a *História de Portugal* de Pinheiro Chagas e muitos dos severos juízos de Herculano; 1911 – *O Rei Magnífico*, como folhetim do *Diário de Notícias*, reeditado em fascículos pela “Biblioteca do Povo” em 1920, com o título de *As Loucuras de D. João Ve* de novo, com o mesmo título, em 1931, obra que, não desdenhando, agora, dos trabalhos de Alberto Pimentel e de M. Bernardes Branco, pode ser o centro de outra época que igualmente interessou o romancista e dramaturgo que para o teatro ainda escreveu *O Infante D. Manuel* e *O Coração de Bocage*, obras que não parece terem chegado a ser publicadas.

Compreende-se que quem tanta atenção deu ao romance histórico tenha sentido a necessidade de se justificar tanto como romancista quanto como historiador e, por isso, em duas ocasiões Lobo de Ávila expôs a sua concepção da ficção histórica (e, sob este rótulo “ficção histórica”, englobemos também o seu primeiro drama histórico): a primeira vez na longa «Memoria justificativa» – 53 páginas – que antecede *A Descoberta da Índia ou o Reinado de D. Manuel* e depois no «Prefácio» que pôs à edição não datada de *O Reinado Venturoso*.

Se na «Memoria justificativa» de 1898 declara que «os historiadores portugueses» – «e dos mais lidos pelo povo» –, «não só avolumam ... o que julgam os erros de Vasco da Gama e de Afonso de Albuquerque», «mas, por falta de um attento exame das circunstancias em que se achavam, mostram, a seu respeito, um errado critério historico» (Ávila: 1898, p. V), situação que procurará corrigir com o seu drama histórico, compreende-se imediatamente, qualquer que tenha sido o resultado, que o que Lobo de Ávila pretende é fazer obra de historiador... E desde este ponto de vista, o resultado não foi decepcionante pelo cuidado que, depois de os criticar, pôs em «seguir rigorosamente» – e este rigor reveste ainda as formas de «fiel», «fielmente», «autêntico», «verdade histórica», etc. – os documentos e outras fontes de informação de que pôde dispor. Assim, tanto no primeiro acto desde seu “drama histórico” como no “romance histórico” do mesmo ano, seguiu quase à letra o diário da primeira viagem de Vasco da Gama – o chamado *Roteiro* de Álvaro Velho – e depois, para o desenvolvimento da acção, abundante documentação sobre o descobridor e a vasta correspondência de Afonso de Albuquerque. Recorrendo ainda a Damião de Góis..., Diogo do Couto..., Gaspar Correia..., podia garantir que procurou «não apresentar um só facto que não fosse rigorosamente histórico» e mesmo «sempre que são compatíveis com o diálogo scenico, as phrases historicas proferidas» pelos seus heróis, nomeadamente, as que proferiu Afonso de Albuquerque nos seus últimos momentos. O que tentou, como um dever, foi pôr «em scena a história “nua e crua”», e, por isso, não se preocupou com as «theorias dramaticas, que exigem nas peças o que se chama unidade de acção, enredos, traças, efeitos scenicos calculados, etc.» (Ávila: 1898, p. L). Lobo de Ávila, mesmo declarando aceitar que «o theatro dramático não pode deixar de ter uma parte de convencional», pensa, contudo, coerentemente, que «esse convencional não quer dizer, no drama historico, a deturpação das verdades historicas» (Ávila: 1898, p. LI). Por isso, há que educar o público para que saiba distinguir «como géneros absolutamente diferentes, a *comédia-drama* de acção contemporanea em que a phantasia do auctor

pode criar enredos à vontade, e *drama histórico*, compreendendo que n'este o *enredo*, a *unidade de acção* deve estar apenas na sucessão natural dos acontecimentos como elles realmente se passaram, em espaços ou logares diferentes, e em tempos successivos ou simultaneos» (Ávila: 1898, pp. LI-LII).

Estas interessantes considerações, que algum dia valeria a pena ter em conta para estudar a teoria dramática dos fins do século XIX em Portugal e donde talvez pudesse resultar uma melhor compreensão da aparente – e, talvez, voluntária – falta de originalidade de muita da literatura dramática desse fim de século, são um bom ponto de partida para a compreensão da teoria do romance histórico que expôs Lobo de Ávila no «Prefácio» de *O Reinado Venturoso*. Este romance, ainda mais e melhor que *Os Camurús* – sendo que este último é uma autêntica saga familiar entre 1500 e 1820 –, é um vastíssimo quadro histórico onde, em torno de D. Manuel I – um D. Manuel que, agora, deve mais à visão de Pinheiro Chagas do que o de 1898, marcando então (1898) Lobo de Ávila a sua distância em relação às perspectivas do director da «História de Portugal publicada por uma sociedade de homens de letras» (Ávila: 1898, p. XLVIII) – se opõem, dramaticamente, os que pretendem que o rei leve até ao fim os planos que D. João II tinha gizado para o reino – incluindo a descoberta e conquista da Índia e do Brasil como um desenvolvimento de Portugal – e os que não se interessam pela Índia e pelo Brasil senão como um espaço e um ambiente em que, por meio da intriga e corrupção, podem lograr benefícios imediatos e pessoais. Se os fios históricos têm, obviamente, que tecer-se à volta do Venturoso – e Lobo de Ávila cita abundantemente, em pé de página, as suas fontes: crónicas, documentos, cartas, processos, etc. –, o enredo dramático – «os fios da imaginação», para usar os seus conceitos –, de pura ficção, é mantido pelo amor de Guiomar Soeiro e de Nuno Álvares, amor que só se vê consagrado quando, tendo já passado a juventude, Guiomar e Nuno Álvares consideram cumprida a missão do cavaleiro de ajudar a triunfar – efemeramente, é certo – os partidários de Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, isto é, a consagrar os planos de D. João II para a Índia. Compreende-se que neste quadro Guiomar e Nuno sejam “pouco sensuais” – característica que já lhes foi apontada numa grande obra sobre o romance histórico português (Marinho: p. 118) –, já que, tanto pelo carácter herdado do herói seu homólogo, Nuno Álvares Pereira, como pela assunção do ideal da missão de que se sentem incumbidos, o autor, coerentemente, não os devia – poderia? – envolver em um amor de outra natureza.

Este breve quadro deve ser suficiente para compreender a importância das considerações finais do «Prefácio» que vou ler e comentar rapidamente.

«O quarto de seculo abrangido pelo reinado venturoso, constitue, portanto um quadro excellente para ser romantizado.

Mas o romance historico, para bem cumprir a sua missão, como obra litteraria, impõe a quem o escreve grandes responsabilidades, a que só é possível corresponder por via do estudo consciencioso e profundo das obras e documentos, e existentes sobre a epoca visada.

Para elle constituir um trabalho que, ao menos, se recommende pela veracidade das affirmativas e das revelações feitas ao leitor, carece de ser constantemente abonado com a indicação das fontes em que o auctor foi colher os elementos veridicamente historicos, para os entretecer na trama com fios da sua imaginação.

No moderno romance historico, pouco numerosos me parece deverem ser taes fios. Sem perigo de enfastiar o leitor, a parte mais solida do tecido pôde, e deve ser, a verdadeira historia. Porque a vida dos homens assignalados, as suas

ambições, as suas virtudes e vícios, tudo o que os moveu e apaixonou, para bem e para mal, torna-se palpitante de interesse, e attrahente, embora passado ha seculos, em meios bem diversos dos contemporaneos, desde que se lhes applicam os processos de observação e de analyse que buscam descobrir nos phenomenos da vida dos individuos, ou das sociedades, as causas e os effeitos, para d'ahi colher não só a satisfação da curiosidade, mas uma lição, um ensinamento. Além do que, é incontestavel que não ha imaginação, por mais fertil e poderosa que seja, capaz de produzir tão interessantes creações como as que são filhas da realidade dos dramas e tragedias da vida.

Mediante um estudo demorado, tranquillo e sem preconceito, o moderno romance historico comporta, sem difficuldade, na sua fractura, os processos litterarios naturalistas ou realistas bem entendidos, isto é, expurgados das demasias de mau gosto, as mais das vezes contrarias e nocivas à boa arte.

Tal é a orientação que tenho procurado seguir nos meus trabalhos, convicto de que o romance historico não pode ser uma litteratura quasi essencialmente de imaginação, apenas com fugitivos reflexos de realidade historica, por isso que o seu lemma tem de ser, como a divisa horaciana: *utile dulce*, ou seja, o duplo escopo: instruir e deleitar.

Divulgando a historia por meio d'uma forma amena, que insensivelmente a fixa no espirito do leitor, cumpre este genero de litteratura o seu fim.

Na epoca, ao mesmo tempo illustrada e pratica, que vamos atravessando, não se admite uma litteratura sem utilidade. E aqui vem de molde a citação d'um principio fundamental da obra de Buckle, *Civilização na Inglaterra*, apontado por uma grande auctoridade, o dr. Theophilo Braga, a respeito dos romances historicos: "A lição da historia leva a concluir, que os povos, quando esquecem o seu passado, perdem insensivelmente a nacionalidade; e quando se sustentam fortes e activos, devem o seu vigor e fecundidade ao regimen scientifico."

Assim, estudando o passado com os meios do saber presente, o romancista historico deve conduzir a sua obra por forma que o leitor, embora captivado, calcule onde acaba a veracidade tradicional, e onde começa a traça imaginativa. As personalidades filhas da sua imaginação, devem ser animadas da vida do tempo, não destoando entre as personagens historicas revividas para a acção romantica, figuras que, se não existiram podiam ter existido n'aquelle meio.

E pelo que respeita as figuras reaes, aos grandes vultos que vae desenterrar, deve ter com a sua apresentação o maior escrupulo e respeito, estudando-as pelos modernos processos de critica e de observação, para lhes definir o character, as ideas, os sentimentos, documentando as suas acções e fazendo-os mover, por conta propria, só o indispensavel para a acção romantica, mas sempre dentro do typo documentadamente historico.

Tudo isto equivale a dizer, que o romance historico não pode hoje ser concebido, como foi pelas escolas litterarias dos idealistas e romanticos. Apoiando-se constantemente na historia, tem de attender as exigencias da odierna cultura intellectual.

Não me tendo poupado ao estudo, por bem recompensado me darei se os leitores d'*O Reimado Venturoso*, o não acharem muito distanciado de tal ponto de vista litterario.

De há muito, que nos meus trabalhos, tenho sido auxiliado com valiosos subsidios bibliographicos, representados na faculdade de consultar obras numerosas, bastante difficeis de encontrar no mercado, e devidos à extrema amabilidade dos eruditos bibliographos os srs. Gabriel Pereira e dr. Carvalho Monteiro.

Assim, cumprindo um dever de gratidão, lhes dedico *O Reinado Venturoso*.»  
(Ávila: s/d, pp. 10-12).

Como estaremos de acordo, para um autor para quem a História – a vida passada que, com todas as limitações e limites, os historiadores vão tentando captar – fornece, por si mesmo, matéria que qualquer “romance” é incapaz de conter, a originalidade – evidentemente – não se encontra na *inventio poetica*, mas na perfeição da *dispositio* da matéria histórica. Propõe-se, como já havia prevenido na introdução ao seu drama histórico, não tanto uma construção, mas, sim, uma reconstrução destinada, antes de mais – a ordem das palavras não é casual – a *instruir* e depois a *deleitar*, tal como a do drama deve ser *educar* e *cativar*... Por isso, a *inventio poetica* que, em *O Reinado Venturoso*, dita figuras como Guiomar e Nuno Álvares ou em *Os Caramurús*, o segundo Diogo Álvares, um descendente do primeiro e célebre e, por isso, outro Caramurú – vivendo em França em pleno Directório e assistindo à chegada de Napoleão e, em Nápoles, à morte de D. Leonor da Fonseca Pimentel..., à fuga de D. João VI para o Brasil e à sua independência –, e a sua amada Margarida ou ainda a do Ermitão de Almourol ou a de Carijó, não pode ir, por uma questão de coerência interna, muito mais além da expressão de elevados sentimentos (de amor, fidelidade, dedicação, etc.) em contraste com o mundo mesquinho a que opõem ou do comentário do quadro em que se inserem em cada momento na sequência, naturalmente, linear, sequência que igualmente deve adoptar o drama histórico na sua estrutura de “quadros sucessivos” (Ávila: 1898, p. LI). Tal como a do drama histórico – José Augusto França viu, com alguma severidade que «a peça cumpre penosamente o seu propósito didáctico» (França: p. 97) –, a finalidade da narrativa histórica de Lobo de Ávila é pedagógica – daí a importância da *dispositio* – e não poética, opondo-se, por isso, como ele, cultor do «moderno romance histórico», o declara ao romance histórico de «idealistas e românticos» – um Alexandre Herculano..., um Garrett..., um Arnaldo Gama..., e até de um Rebelo da Silva... – como se oporia hoje ao do fabuloso – no sentido literal e metafórico do adjectivo – Manuel Mújica Laínez de *Bomarzo*, *El Unicornio*, *El Gran Teatro*... Nestes, como em todos os grandes romances históricos, a *inventio* dita – e domina – a *dispositio* e daí a importância fundamental da *fabula*, esses *fios da imaginação* que o historiador Lobo de Ávila quer reduzir ao mínimo. Mas, se era possível passar todo um curso universitário sobre o Renascimento italiano comentando *Bomarzo* sem nos importar para nada que o histórico Virginio Orsini não fosse corcunda e não tivesse sequer tentado tomar a poção que lhe confere a imortalidade e, assim, dominar a História, do linear *O Reinado Venturoso* não seria possível aproveitar muito mais que as notas de pé de página e a antologia de textos documentais que generosamente transcreve... Mas não tenho, porém, qualquer pejo em dizer que nesse curso de História de Portugal centrado no reinado de D. Manuel que é *O Reinado Venturoso*, aprendi muito, pois tomei conhecimento de factos e documentos que não sabia... E neste sentido talvez tenha sido um dos leitores que Lobo de Ávila esperava... E, por meio dessa “literatura com utilidade” que deve ser o romance histórico, ensinar – parafraseemos a sua citação de Buckle apanhada em Teófilo Braga – a não esquecer o passado para não perder a nacionalidade. O romance ao serviço da história? Ao serviço do ensino da História para – e aproveito o título de um grande historiador português – definir um País, procurando definir as bases teóricas desse ensino e dessa educação. Discutamos os resultados práticos..., mas aceitemos os seus empenhos de teoria de que não há – será ignorância minha? – muitos exemplos.

**Bibliografia**

- ÁVILA, Artur Lobo de  
1898, *A Descoberta da Índia ou o Reinado de D. Manuel. Drama historico em cinco actos*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ÁVILA, Artur Lobo de  
1900, *Os Caramurús. Romance historico da descoberta e independência do Brazil*, Lisboa, João Romano Torres – Editor.
- ÁVILA, Artur Lobo de  
s/d, *O Reinado Venturoso. Romance historico portuguez da epocha manuelina*, Lisboa, Editora – Empreza Litteraria Fluminense.
- FRANÇA, José Augusto  
1998, *1898. Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Expo 98.
- MARINHO, Maria de Fátima  
1999, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras.